



CONSULTA 0004611-40.2011.2.00.0000

Requerente: Lauro Augusto Fabrício de Melo

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

CONSULTA. MEMBRO DE ÓRGÃO ESPECIAL DE TRIBUNAL. ATRIBUIÇÕES. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. AUTONOMIA DOS TRIBUNAIS. MATÉRIA REGRADA POR REGIMENTO INTERNO.

- A Constituição Federal e a Resolução nº 16 do CNJ nada definiram acerca das atribuições conferidas aos Órgãos Especiais nem mesmo regeram a manutenção ou afastamento das atividades judicantes de seus membros, enquanto exercerem mandato no órgão mencionado.
- Tal definição foi realizada pelos próprios Tribunais por meio de seus Regimentos Internos que, na maior parte dos casos, estabeleceram critérios de compensação na distribuição dos membros que atuam nos Órgãos Especiais.
- O cenário apresentado revela uma diversidade de regimentos, e até mesmo a ausência de dispositivo específico, em alguns casos, no que tange à distribuição de feitos para os membros do Tribunal que compõem o Órgão Especial.
- Nesse passo, cabe a cada Tribunal a organização e funcionamento de seu Órgão Especial, incluindo-se neste aspecto todas as atribuições conferidas a seus membros e possíveis alterações que ocorram na distribuição de feitos aos mesmos.
- Respondo a consulta no sentido de que cabe a cada Tribunal, dentro da realidade verificada e da organização judiciária adotada, definir a atuação de seu Órgão Especial e modificar, caso entenda prudente, a forma de distribuição de feitos aos membros a ele vinculados.

Vistos;

Trata-se de Consulta formulada por Lauro Augusto Fabrício de Melo, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que pretende obter esclarecimentos a respeito das atribuições jurisdicionais e administrativas dos integrantes dos Órgãos Especiais dos Tribunais.

Aludindo à Seção I, da Constituição Federal, especialmente ao art. 93, XI, afirma que, desde a criação do Órgão Especial no âmbito dos Tribunais, é objeto de discussão e controvérsia se os membros que integram tal órgão devem exercer exclusivamente a competência de referido órgão, excluindo-se as atribuições das Câmaras ou Turmas do Tribunal, restando com competência apenas ao exercício das atividades administrativas e jurisdicionais do Órgão Especial.

Em virtude do mencionado questionamento, **indaga sobre a possibilidade de membro do Tribunal, que integre o Órgão Especial, exerça sua atribuição exclusivamente neste Órgão.**

É, em síntese, o relatório.

VOTO:

A indagação trazida à análise recai sobre a possibilidade de que membros integrantes dos Órgãos Especiais dos Tribunais tenham sua competência limitada às atividades administrativas e jurisdicionais dos referidos órgãos.

Nos termos da Constituição Federal, em seu artigo nº 93, XI, é facultado aos Tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, constituir órgão especial, cujas atribuições administrativas e jurisdicionais serão delegadas do Tribunal Pleno.

Ainda por força constitucional, sua composição deve respeitar metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição do Tribunal Pleno. Acerca dos critérios para a composição e eleição do órgão especial dos Tribunais, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução de nº 16, de 30 de maio de 2006.

Ocorre que a Constituição Federal e a referida Resolução do CNJ nada definiram acerca das atribuições conferidas aos Órgãos Especiais nem mesmo regraram a manutenção ou afastamento das atividades judicantes de seus membros, enquanto exercerem mandato no órgão mencionado.

Tal definição foi realizada pelos próprios Tribunais por meio de seus Regimentos Internos que, na maior parte dos casos, estabeleceram critérios de compensação na distribuição dos membros que atuam nos Órgãos Especiais.

A planilha a seguir traz a verificação, no âmbito dos Tribunais de Justiça, daqueles que possuem Órgãos Especiais e o regramento definidor das regras de compensação, quando existente:[\[1\]](#)

Tribunal de Justiça	Órgão Especial	Regimento Interno
Acre	NÃO	-
Alagoas	NÃO	-
Amapá	NÃO	-
Amazonas	NÃO	-
Bahia	NÃO	-
Ceará	SIM	Art. 6º, § 18: “A critério do Órgão Especial, poderá ser reduzida, suspensa ou interrompida, por prazo determinado ou indeterminado, a distribuição aos seus integrantes dos processos das Câmaras.”
Distrito Federal	SIM (O Órgão Especial é denominado Conselho Especial)	Art. 59º, § 10: “Ao membro do Conselho Especial e ao convocado far-se-á compensação dos processos nas Turmas. ”
Espírito Santo	NÃO	-
Goiás	SIM	Não existe nenhum tipo de compensação.
Maranhão	NÃO	-

Mato Grosso	NÃO	-
Mato Grosso do Sul	SIM	Não existe nenhum tipo de compensação.
Minas Gerais	SIM (Por Corte Superior, entende-se Órgão Especial)	Art. 42, § 2º, III: “Os processos distribuídos aos desembargadores integrantes da Corte Superior serão compensados, na distribuição das apelações, a ser feita nas Câmaras Isoladas, à razão de duas apelações para cada processo da Corte Superior;
Pará	NÃO	-
Paraíba	NÃO	-
Paraná	SIM	Os processos distribuídos aos integrantes do Órgão Especial são compensados com os processos distribuídos nas Câmaras em composição Integral, na quantidade de 01 (um) por 01 (um).
Pernambuco	SIM	Art. 67 - Na distribuição observar-se-ão as seguintes regras, além das contidas na legislação pertinente: II - ao desembargador em exercício simultâneo na Corte Especial e em câmara isolada, compensar-se-ão nesta, as distribuições que lhe forem feitas naquela, devendo a compensação, se possível, recair em processos da mesma categoria, de acordo com a classificação feita no art. 65, parágrafo 1º;
Piauí	NÃO	-
Rio de Janeiro	SIM	Art. 24, II: ”O Desembargador em exercício no Órgão Especial terá na Câmara a distribuição reduzida de metade, a título de compensação pela atividade administrativa e jurisdicional realizada naquele, devendo os Vice-Presidentes, na impossibilidade comprovada do uso do computador, comunicar ao Presidente do Órgão Julgador o número de feitos distribuídos aos respectivos integrantes como

		membros do Órgão Especial;”
Rio Grande do Norte	NÃO	-
Rio Grande do Sul	SIM	Art. 145, VI: “A distribuição de feitos jurisdicionais e administrativos aos integrantes do Órgão Especial será compensada nas Câmaras Separadas, na classe das apelações. A cada feito distribuído no âmbito do Órgão Especial corresponderão duas apelações que deixarão de ser distribuídas nas Câmaras separadas. ”
Rondônia	NÃO	-
Roraima	NÃO	-
Santa Catarina	SIM	Ato Regimental nº 101/2010, Art. 4º: Para cada processo distribuído no Órgão Especial, 2 (dois) outros serão compensados, abatendo-se da distribuição do Magistrado no âmbito da Câmara isolada que integra.
São Paulo	SIM	Art. 14: “A critério do Órgão Especial, poderá ser reduzida, suspensa ou interrompida, por prazo determinado ou indeterminado, a distribuição a seus integrantes dos processos das Câmaras e demais órgãos fracionários. ”
Sergipe	NÃO	-
Tocantins	NÃO	-

O cenário apresentado revela uma diversidade de regramentos, e até mesmo a ausência de dispositivo específico, em alguns casos, (Goiás e Mato Grosso do Sul) no que tange à distribuição e compensação de feitos para os membros do Tribunal que compõem o Órgão Especial.

Há sistema definido de compensação em Tribunais como os do Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, certamente em decorrência do extenso rol de atribuições conferidas a seus Órgãos Especiais, que se mostra razoável dentro do contexto destes Tribunais.

Ainda nos que há previsão de compensação, esta encontra procedimentos distintos. Nos Tribunais de São Paulo e do Ceará a disposição que se refere à compensação prevê a possibilidade de, a critério do órgão especial, reduzir-se, suspender-se ou interromper-se a distribuição aos seus integrantes.

Os Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de Minas Gerais definiram a compensação na proporção de dois feitos compensados na distribuição a cada feito recebido no Órgão Especial.

No Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro reduz-se à metade a distribuição de feitos para aqueles Desembargadores que estejam integrando o Órgão Especial; em Pernambuco a compensação é de um feito para cada recebido no referido órgão.

Verifico que o tema abordado se insere na autonomia dos Tribunais, reiteradamente preservada nas manifestações deste Conselho Nacional de Justiça. Essa autonomia se expressa concretamente por meio da atribuição privativa aos Tribunais para dispor sobre a própria competência e funcionamento “*dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos*”, bem como para “*organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados*”, conforme previsto no art. 96, inciso I, da CF/88.

Com isso, tem-se o chamado princípio da autonomia dos tribunais, segundo o qual se deve resguardar a independência de referidos órgãos do Poder Judiciário para organizarem-se administrativa e financeiramente, com a observância das demais normas e princípios constitucionais vigentes.

A criação e atuação do Conselho Nacional de Justiça têm afirmado a necessidade de balizar a autonomia dos Tribunais com os princípios da Administração Pública, estabelecidos no art. 37 da Carta Magna. Nesse sentido, é o que dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II da CRFB/1988:

Art. 103-B [...]

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

[...]

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

No entanto, o inciso I do dispositivo supracitado, por sua vez, estabelece que ao CNJ compete “*zelar pela autonomia do Poder Judiciário*”. Tenho, assim, que os Tribunais pátrios possuem autonomia administrativa e financeira para dispor acerca da distribuição e possível compensação dos feitos aos membros que atuarem no Órgão Especial de suas Cortes, conforme previsão do art. 96, I, alíneas “a”, da Constituição Federal:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

[...]

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

Pode-se concluir, da leitura dos dispositivos constitucionais grifados, que este Conselho não pode intervir em toda matéria relativa à organização administrativa dos Tribunais, mas tão-somente nos casos em que se verifica que estes atuam de forma descompassada com os princípios norteadores da administração pública.

Nesse passo, cabe a cada Tribunal a organização e funcionamento de seu Órgão Especial, incluindo-se neste aspecto todas as atribuições conferidas a seus membros e possíveis alterações que ocorram na distribuição de feitos aos mesmos.

Reconhece-se, pois, que a administração local é quem está apta a avaliar a forma adequada de tratar suas questões administrativas, com base nos critérios de necessidade e oportunidade, visto que a ela é dado conhecer as inúmeras carências e demandas verificadas em todo o judiciário local.

Diante disso e, em não se verificando qualquer violação aos princípios constitucionais da Administração Pública, urge concluir que, no caso em apreço, seria indevida a intervenção do CNJ, com possível regulamentação da matéria, sob pena de afronta ao princípio da autonomia dos Tribunais.

Assim, respondo a consulta no sentido de que cabe a cada Tribunal, dentro da realidade verificada e da organização judiciária adotada, definir a atuação de seu Órgão Especial e definir, caso entenda prudente, a compensação na distribuição de feitos aos membros a ele vinculados.

Brasília, 13 de setembro de 2011.

. Conselheiro JEFFERSON KRAVCHYCHYN
Relator

[1] As informações apresentadas foram extraídas das páginas eletrônicas dos Tribunais e/ou obtidas por meio de contato telefônico com a assessoria da Presidência dos mesmos.



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1117590**



11091420061700000000001116882